

Em sessão com pancadaria, Alesp aprova a privatização da Sabesp

Após confronto entre policiais militares e manifestantes, base aliada garante vitória do governador Tarcísio de Freitas por 62 votos a 1

Em uma sessão esvaziada após a ocorrência de confronto entre policiais militares e manifestantes, a base aliada do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) conseguiu aprovar ontem à noite a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Foram 62 votos a favor e apenas um contra o projeto enviado pelo governador de São Paulo. Eram necessários 48 votos para a aprovação (maioria simples da Casa). A oposição estava ausente da votação, e agora pretende questionar judicialmente a realização da votação mesmo depois de tumulto que terminou em confronto, uso de gás de pimenta e esvaziamento do plenário. A sessão chegou a ficar suspensa por cerca de 40 minutos antes de ser retomada – com a presença apenas da base de apoio ao governo.

Manifestantes contra a privatização forçaram um vidro que separa o plenário da plateia e tentaram invadir o local. Para contê-los, agentes da PM usaram gás de pimenta. A substância se espalhou por todo o plenário e fez deputados

esvaziarem o local às pressas. Depois disso, parlamentares da oposição passaram a dizer que não havia mais condições para retomar a votação e que haveria cerceamento da atividade parlamentar se o presidente da Casa, André do Prado (PL), insistisse na continuidade dos debates.

Em reação, a base de Tarcísio acusou a oposição de “orquestrar” a situação para proferir a votação. Deputados da base aliada fizeram seus pronunciamentos no microfone com a voz trêmula, em razão do gás presente, e relataram a dificuldade em permanecer no local. “Isso foi preparado, foi orquestrado”, disse o deputado Barros Munhoz (PL).

‘MENINA DOS OLHOS’

Promessa de campanha do então candidato e hoje governador Tarcísio de Freitas, a privatização da companhia é considerada a “menina dos olhos” de sua gestão. Segundo ele, a privatização vai transformar a Sabesp em uma multinacional de saneamento.

O governo paulista detém hoje 50,3% das ações da empresa e a intenção, com a privatização, é reduzir essa participação para algo entre



CONFUSÃO. Confronto entre policiais militares e manifestantes paralisou a sessão por 40 minutos

15% e 30%. O principal argumento do governo e da base aliada em favor da privatização se baseia na antecipação da universalização do saneamento prevista no Marco Legal do Saneamento Básico, de 2033 para 2029.

O marco estabelece que, até essa data, 99% da popu-

lação dos municípios brasileiros seja atendida com água potável e 90%, com coleta e tratamento de esgoto. Com a privatização, o governo paulista promete ainda incluir áreas rurais e urbanas – hoje não contempladas pelo marco, beneficiando 1 milhão de pessoas.

A Sabesp previa investimentos de R\$ 56 bilhões para atingir as metas de universalização até 2033. Com a privatização, o governo diz que seria possível garantir R\$ 10 bilhões extras para antecipar e ampliar os serviços, além de destinar recursos a um fundo que será usado para

redução das tarifas cobradas pela empresa.

FORMATO DE VENDA

O modelo da privatização proposto prevê uma oferta subsequente de ações, modelo chamado de “follow on” – que consiste em vender parte das ações hoje em poder do Tesouro estadual. A Sabesp tem hoje valor de mercado de cerca de R\$ 46 bilhões.

Na proposta enviada à Assembleia, o governo estabeleceu que pode vetar algumas decisões relativas à companhia, mesmo depois da privatização. Isso inclui decisões sobre mudança de nome, da sede, da atividade econômica ou o limite máximo de votos que um acionista pode ter na empresa.

A oposição a Tarcísio promete brigar na Justiça para impedir que a privatização vá adiante.

A oposição já recorreu, sem sucesso, ao Judiciário na tentativa de barrar a tramitação do projeto. Um dos argumentos levantados por deputados do PT é o de que a privatização não poderia ocorrer por projeto de lei ordinária, e dependeria de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) estadual. (do Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Nacional **Página:** 5